

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: 1kg7y3il SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 05/11/2025 Projeto de lei nº 1764/2025 Protocolo nº 11591/2025 Processo nº 3569/2025	
Autor: Dep. Juca do Guaraná		

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COMPLEMENTAR,
JUNTO AOS RADARES FIXOS DE VELOCIDADE,
NAS VIAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO
GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Estabelece a obrigatoriedade de sinalização horizontal complementar, junto aos radares fixos de velocidade, nas vias públicas, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A sinalização horizontal complementar consiste na instalação de pintura no asfalto, células/faixas refletivas em locais estratégicos, próximos aos radares fixos de velocidade, com o objetivo de alertar os condutores sobre a presença desses equipamentos de fiscalização.

Parágrafo único. Observar-se-ão os seguintes requisitos nas sinalizações horizontais complementares:

I –deverá constar de velocidade máxima permitida, de aviso de existência de radar, com letras, números e símbolos na cor branca a serem pintados sobre a superfície de rolamento 100 metros antes do equipamento;

II – deverá conter célula/faixa refletiva, ao longo de toda a extensão do radar, garantindo sua visibilidade em condições de baixa luminosidade.

Art. 3º A ausência de sinalização, conforme estabelecido no art. 1º desta lei, implicará na nulidade da multa por excesso de velocidade aplicada fora das condições estabelecidas nesta normativa.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta das dotações próprias e suplementares, se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei, no que couber, em até sessenta dias, a partir da data de publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa a implantação de sinalização visual de dispositivos de advertência complementar nas vias públicas- trechos fiscalizados por radares fixos de controle de velocidade- no Estado de Mato Grosso.

O propósito deste projeto de Lei é promover uma abordagem mais equilibrada e voltada para o interesse público no uso dos radares para fiscalização de trânsito no Estado.

Embora os radares desempenhem um papel crucial na redução do excesso de velocidade nas vias, é inegável que seu emprego também acarreta alguns aspectos negativos.

Um desses aspectos é a percepção tardia por parte dos motoristas da presença do radar, levando-os a frear abruptamente e potencialmente causar acidentes de trânsito.

A previsão tem como escopo central reforçar a função educativa e preventiva do trânsito, ampliando a visibilidade e compreensão por parte dos usuários, sob jurisdição estadual, em conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes, com a finalidade de regulamentar e ampliar o uso de controladores de velocidade nas vias sob jurisdição de nosso Estado.

A proposta baseia-se na premissa fundamental de que tais dispositivos desempenham um papel crucial na promoção da segurança viária e na redução de acidentes, protegendo a vida de todos que compartilham as nossas estradas.

O controle de velocidade é uma medida reconhecidamente eficaz na mitigação do risco de acidentes de trânsito.

Ao garantir o cumprimento dos limites de velocidade estabelecidos para cada via, os controladores de velocidade não apenas contribuem para a segurança dos motoristas, mas também para a proteção de motociclistas, ciclistas e pedestres.

Estudos têm demonstrado, consistentemente, que a velocidade excessiva está diretamente relacionada a um aumento significativo na gravidade e na frequência de acidentes, colocando em risco a vida de todos os usuários das vias. E, embora compreendamos que a instalação de controladores de velocidade possa gerar controvérsias e resistência por parte de alguns condutores, é imprescindível ressaltar que o objetivo primordial desses dispositivos não é arrecadar multas, mas sim promover um comportamento mais seguro e responsável no trânsito.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Se faz imperioso destacar que a matéria está alinhada aos ditames constitucionais e às competências dos entes federados no que tange à segurança pública e à preservação da vida no trânsito.

Nos termos do art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilização de todos, abrangendo a segurança viária, preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A sinalização clara e ostensiva das áreas de fiscalização eletrônica visa justamente prevenir acidentes e garantir uma circulação mais segura nas vias públicas do Estado, atendendo ao objetivo precípuo do texto constitucional.

Outrossim, conforme dispõe o art. 23, inciso XII, da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer diretrizes para o planejamento e execução de políticas públicas voltadas à mobilidade e à preservação do trânsito seguro.

Dessa maneira, ao legislar para tornar obrigatória uma sinalização clara e visível nas vias públicas do Estado, esta Casa de Leis atua no exercício de sua competência legislativa e fiscalizatória para garantir a efetividade das normas de trânsito e para reduzir riscos à integridade física dos cidadãos.

Importante destacar que a presente proposição não interfere nas normas federais de trânsito e não exorbita o campo de atuação legislativa estadual. Pelo contrário, complementa e fortalece as diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro, que define o trânsito seguro como direito de todos e estabelece que a engenharia de tráfego e a fiscalização têm por objetivo a preservação da vida e da saúde pública.

Importante mencionarmos aqui, também, que a menção no art. 5º do presente projeto, sobre as despesas correntes da execução da lei, é para que possa garantir que os recursos financeiros necessários para implementar a lei sejam alocados de maneira adequada. Basicamente, significa que as despesas relacionadas à aplicação da lei serão cobertas por verbas específicas já previstas no orçamento ou, se necessário, por suplementações orçamentárias adicionais.

O processo de alocação orçamentária é fundamental para gestão eficiente das finanças públicas, que visa maximizar o retorno sobre o investimento e minimizar desperdícios.

Por todas as razões expostas, conclui-se que a presente proposição legislativa está pautada nos pilares constitucionais de defesa da vida, preservação da ordem pública e cumprimento do princípio da eficiência administrativa, sendo medida necessária para tornar mais clara e eficaz a fiscalização eletrônica de velocidade nas vias públicas sob jurisdição do Estado de Mato Grosso.

Portanto, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste importante projeto de lei, que representa um passo significativo na promoção da segurança viária e no bem-estar de todos os cidadãos de Mato Grosso.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 04 de Novembro de 2025

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Juca do Guaraná
Deputado Estadual